



XXVIII JORNADAS PEDAGÓGICAS
de EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Educação Ambiental e Cultura Democrática
ALMADA 8-10 ABRIL

Enquadramento

A Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) tem vindo a promover, descentralizadamente, as Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental em Portugal, com periodicidade anual e temáticas diversificadas. Em 2022, Almada será a cidade anfitriã que abraçará este evento. O evento é organizado pela ASPEA, com coorganização e parceria estratégica da Câmara Municipal de Almada e o Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul.

As XXVIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental subordinadas ao tema “Educação Ambiental e Cultura Democrática” contam com um programa preenchido por diversas conferências magistrais, comunicações orais, oficinas pedagógicas, apresentação de livros e revistas, *stands* e saídas de campo com ações de intervenção. Os conteúdos abordados estão distribuídos por quatro eixos temáticos: Educação Ambiental e participação social para a ação climática, Educação Ambiental como forma de alcançar um modelo de economia circular, Educação Ambiental e voluntariado ambiental para uma cultura de corresponsabilização, Educação Ambiental, como promotora da cultura democrática nas políticas públicas.

Nos dias de hoje deparamo-nos com sociedades cada vez mais modernas e diversificadas, obrigando a uma cultura de diálogo por parte de todas as instituições democráticas e seus intervenientes, nomeadamente os cidadãos. Este diálogo permite, por um lado, que os cidadãos possam expressar os seus pontos de vista a outros cidadãos detentores de diferentes origens culturais e, por outro, permite que os decisores possam compreender os pontos de vista de todos os cidadãos. Assim, a democracia e o diálogo intercultural são complementares em sociedades culturalmente diversificadas.

As leis e as instituições só podem funcionar eficazmente quando sustentadas numa cultura democrática, sendo que é na educação que reside a chave para a consecução desse objetivo. A democracia exige o empenhamento dos cidadãos em participar ativamente no domínio público. Se os cidadãos não aderirem a estes valores, atitudes e práticas, então as instituições democráticas não poderão funcionar. Por esta razão, o sistema educativo e as organizações e instituições de educação devem assumir a preparação para o exercício da cidadania democrática como uma das suas missões centrais, de forma a que os jovens conheçam e compreendam os desafios com que irão ser confrontados e as consequências das suas decisões, através de instrumentos orientadores comunitários e nacionais.

A Convenção de Aarhus garante os direitos dos cidadãos no que respeita acesso à informação, participação do público em processos de decisão e acesso à justiça. A Agência Portuguesa do Ambiente acompanha, em Portugal, os trabalhos nos seus diversos fóruns e tem procurado implementar, aos diferentes níveis, as decisões aí tomadas, para que possa ser exercida uma cidadania ativa e responsável através de um conjunto de meios de intervenção que manifestam, também, práticas de boa governação onde os princípios da transparência e da subsidiariedade são garantidos e comunicados ao à União Europeia.

Ao nível da Constituição Portuguesa, o Ambiente e qualidade de vida são acreditados, no artigo 66º, realçando que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. Igualmente, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente, através da Lei de Bases do Ambiente nº 19/2014, de 14 de abril.

Na Lei de Bases do Ambiente visa-se a efetivação dos direitos ambientais através da promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de baixo carbono e uma «economia verde», racional e eficiente na utilização dos recursos naturais, que assegure

o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos. Um bem-estar alcançado através da ação direta dos órgãos e agentes do Estado nos diversos níveis de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental.

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental pretende projetar uma sociedade mais consciente, inovadora, inclusiva e empreendedora, que desperta o debate público sobre os valores associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Consequentemente um processo participativo que pretende um verdadeiro compromisso nacional. Um processo único de participação que pretende facilitar uma efetiva apropriação e responsabilização da sociedade civil.

Já a Estratégia Nacional de Educação Para a Cidadania define as linhas orientadoras pelas quais se devem reger as escolas e outros projetos que pretendam trabalhar a cidadania em contextos letivos, bem como um referencial para as ONGs desenvolverem ações e projetos de cidadania nas escolas.

O Pacto Verde Europeu segue uma transição justa e socialmente justa, e foi criado de modo a não deixar nenhum indivíduo ou região para trás na grande transformação que se avizinha, e visa transformar a economia da UE e tornar a Europa o primeiro território a alcançar a neutralidade carbónica em 2050.

O papel social e político da Educação Ambiental toma grande relevância nos tempos pós confinamento e nos tempos que a crise, provocada pela pandemia Covid-19, nos acompanhará nas áreas social, ambiental, humanitária e económica, para o enfrentamento dos próximos tempos. É importante pensarmos nos desafios que temos pela frente em cada área de trabalho, em cada projeto, tendo em conta os constrangimentos, mas, também, as oportunidades que a sociedade enfrenta resultantes destas crises.

A ASPEA através das presentes Jornadas Pedagógicas procura responder a diversas questões, nomeadamente “Em que tipo de sociedade viverão os nossos jovens no que diz respeito ao apoio à tomada de decisão?”, “Estarão os nossos jovens preparados, por exemplo, para a discussão da localização de uma nova unidade industrial?”, “Estarão os nossos jovens dotados de informação credível como defender o impacto das emissões nos ecossistemas ribeirinhos?”, “Que consequências imediatas no estilo de vida de um jovem pode representar a adesão a um movimento de desperdício zero?”, “Qual a importância de ser uma voz ativa e ser parte da solução? “Será importante conseguir a neutralidade de carbono na UE até 2050?”

Destinatários

Professoras/es e Educadoras/es de Infância, Educadoras/es Ambientais, Estudantes, Técnicas/os de ONG e Autarquias, Investigadoras/es, Atores Políticos, Jovens e Público em geral.

Objetivos

- Promover a troca de experiências, de aprendizagens e de boas práticas visando a cooperação em Educação Ambiental a nível nacional e internacional;
- Atualizar o conhecimento sobre os diversos eixos temáticos das jornadas, nos campos socioambiental e político;
- Conhecer os âmbitos de participação das instituições públicas, das empresas e da sociedade civil nas políticas locais como contributo para a governança e a construção de territórios saudáveis;
- Facilitar a participação dos jovens e o acesso à informação, em matérias de defesa do ambiente e políticas públicas de Ambiente e Educação Ambiental;
- Divulgar projetos e atividades de investigação, de inovação, de cooperação e desenvolvimento que estejam relacionadas com os eixos temáticos das Jornadas.

Preço

O valor pago para participar nas Jornadas inclui as refeições (almoço e jantar de dia 9 de abril e almoço de dia 10 de abril) e a participação em todas as atividades.

- 60€ – Público em geral
- 40€ – Sócios da ASPEA | Monitores Projeto Rios | Docentes Piaget | Professores Rede Mapear | Professores Rede Vamos Cuidar do Planeta
- 25€ – Jovens até aos 25 anos
- 10€ – Alunos Instituto Piaget (não inclui refeições)
- 20€ – Associados da MUBi (não inclui refeições)
- 40€ – Associados da MUBi (inclui refeições)
- Gratuito – Convidados | Desempregados(as), mediante comprovativo emitido pelo IIEFP
- Gratuito – Participação no Encontro ONGA-ENED
 - ⇒ Acresce 5€ se usufruir do transporte Porto-Aveiro-Coimbra-Santarém-Almada
 - ⇒ Acresce 10€ se pretender o jantar de 8 de abril

*Para evitar resíduos durante as refeições pedimos que todos os participantes levem uma caneca ou cantil. Caso não tenham, estarão disponíveis canecas para venda (5€).

Link de inscrição

<https://forms.gle/svtjYnZQzCvRDXF26>

Eixos Temáticos

1. Educação Ambiental e participação social para a ação climática

Atualmente, os efeitos da crise climática exigem uma resposta da humanidade, tornando-se urgente a adoção de medidas de adaptação e mitigação para as combater e aos seus impactos, como referenciado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente no ODS 13 – Ação climática. As alterações climáticas são um problema relevante e sobre o qual é possível agir desde o nível individual ao global. Nesse sentido, a Educação Ambiental contribui para consciencializar as pessoas para a ação climática, através da educação para estilos de vida mais sustentáveis, e para a mobilização de recursos socioeducativos, que ajudam a educar e a preparar as comunidades para agir neste contexto, de modo a atingir uma sociedade que integre não só o crescimento económico e o desenvolvimento tecnológico, mas também a dimensão educativa e a cidadania ambiental.

2. Educação Ambiental como forma de alcançar um modelo de economia circular

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas contempla o objetivo nº 12 – Produção e Consumo Sustentáveis. Para este objetivo são definidas metas que visam garantir padrões de consumo e produção sustentáveis, nas quais são abordadas as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica, ambiental). A economia circular permite desagregar o crescimento económico do aumento do consumo de recursos, minimizando as perdas de energia, água e resíduos. É necessário conhecer os conceitos de consumo colaborativo e de economia de partilha, tornando como boas atitudes, a troca, a venda, o aluguer, a oferta, os bancos de tempo, as compras em grupo, entre outros. Estes são aspetos fundamentais e presentes no Plano de Ação da Economia Circular e na Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) 2020.

3. Educação Ambiental e voluntariado ambiental para uma cultura de corresponsabilização

O voluntariado é fundamental para a força, resistência, solidariedade e coesão social da comunidade, sendo uma demonstração poderosa de como a solidariedade posta em prática pode construir um mundo melhor. O voluntário contribui com o seu tempo, conhecimento e energia para a paz, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável. O papel das Organizações Não Governamentais de Ambiente, em Portugal, integra na sua ação, atividades, projetos e programas de Educação Ambiental, suportados num significativo número de voluntários. Os associados desenvolvem uma atitude de abertura em relação a outras culturas, crenças, visões do mundo e práticas. Para além disso, se os jovens aprenderem a valorizar a dignidade humana e os direitos humanos, a diversidade cultural, ambiental e a democracia, então estes valores serão utilizados como fundamento de todas as suas escolhas e ações e prosseguirão voluntariamente as suas vidas respeitando a dignidade e direitos humanos de outras pessoas e os princípios da democracia.

4. Educação Ambiental, como promotora da cultura democrática nas políticas públicas

A Educação para a cidadania democrática engloba o ensino, a formação, a consciencialização, a informação, as práticas e as atividades que, munindo os alunos com conhecimentos, *skills* e entendimento e ao desenvolver as suas atitudes e comportamentos, têm por objetivo capacitá-los para o exercício e a defesa dos seus direitos democráticos e responsabilidades na sociedade, valorizando a diversidade e empenho numa participação ativa na vida democrática, com vista à promoção e proteção da democracia e do estado de direito. Chegou a altura de pensar e atuar “em” e “no” coletivo para os bens comuns. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, paradigmas e modos de vida, suportados por políticas de Educação Ambiental e participação social de proximidade com os cidadãos, em especial, reconhecendo o potencial educativo dos processos participativos nas políticas locais.

Programa geral

	8 de abril Sexta-feira	9 de abril Sábado	10 de abril Domingo
Manhã	Atividades com escolas de Almada	Atividades «fora de portas» Um mar de lixo – limpeza de praia Reduna – atividade de restauração de dunas EBIO – percurso interpretativo Percurso na Mata dos Medos	Atividades «fora de portas» EBIO – percurso interpretativo Percurso pedonal Cacilhas – Seminário – Santuário Cristo Rei Voluntariado no Bairro Raide pelos miradouros de Almada
Tarde	Sessão de abertura	Visitas locais Atividades educativas na Casa da Cerca Visita ao museu naval de Olho de Boi Raide pelos miradouros de Almada Visita guiada e tertúlia no Museu da Cidade EBIO – percurso interpretativo	Painel: Projetos ASPEA
	Painel: Educação Ambiental e cultura democrática		Reflexões e desafios (Jornadas e Encontro ONGA-ENED)
	Apresentação de recursos pedagógicos, comunicações orais e mesas de diálogo	Educação para o Desenvolvimento e cultura democrática	Sessão de encerramento
	Experiências e recursos na dimensão ambiental da Educação para o Desenvolvimento		
Noite	Jantar	Jantar Momento cultural	

